



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Comunicado

(O Governo Regional não respondeu, no prazo legal, ao requerimento do PPM sobre o pessoal afeto e aos custos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social – GaCS)

A Representação Parlamentar do PPM questionou o Governo Regional, no dia 25 de janeiro de 2017, a respeito do pessoal afeto e aos custos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social – GaCS.

O Governo Regional, apesar de dispor do tempo de resposta mais alargado da União Europeia (60 dias) – tenha-se em conta que o Governo da República tem de responder em 30 dias e que nas comunidades autónomas espanholas o tempo de resposta legal é, em média, 20 dias – não respondeu no prazo legal.

O Gabinete de Apoio à Comunicação Social funciona numa lógica de pós-verdade, que distorce e subverte a realidade factual. A informação veiculada pelo GaCS não passa de propaganda política realizada com os meios de todos os açorianos.

A sua opacidade ficou uma vez mais demonstrada: o Governo Regional não informa, como é seu dever legal, a oposição política açoriana e a cidadania açoriana em geral, a respeito da dimensão e custo da sua máquina informativa, o que constitui um enorme contrassenso.

Nestas condições, a Representação Parlamentar do PPM informa que, ao abrigo das normas regimentais em vigor, solicitou hoje, à Presidente do Parlamento, a transformação das perguntas escritas em perguntas orais a realizar na sessão plenária do mês de abril. A informação sobre a dimensão e custo global do GaCS não pode ser recusada ou ocultada.

Vila do Corvo, 30 de março de 2017

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão